

33º Encontro Anual da ANPOCS
GT 18 – ELITES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

**UMA GUINADA À ESQUERDA? UM ESTUDO DA ELITE POLÍTICA
FEDERAL PARANAENSE NOS GOVERNOS FHC/LERNER (1999/2003) E
LULA/REQUIÃO (2003/2006).**

Bruno Bolognesi (UFSCar) e Camila Tribess (UFPR)

Caxambu/MG

2009

APRESENTAÇÃO

O objetivo inicial deste *paper* foi traçar um perfil dos deputados federais eleitos pelo estado do Paraná comparando os eleitos para a legislatura de 1999 a 2003 com o perfil dos eleitos para a legislatura de 2003 a 2006. Tais informações foram delineadas com base em dados coletados em fontes, como os *Repertórios Biográficos*, da Câmara dos Deputados, o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, da Fundação Getúlio Vargas, bem como páginas na Internet de diversas instituições políticas (Tribunal Superior e Tribunal Regional Eleitoral, Câmara dos Deputados, entre outras). Assim, a principal questão nesta pesquisa é analisar de que forma as mudanças no espectro ideológico do poder executivo influenciam o perfil dos deputados federais paranaenses, buscando perceber se essa mudança implicou em uma “popularização” (conceito utilizado conforme Rodrigues, 2006) da elite política paranaense, ou seja, se o perfil desta elite se modificou no sentido de diminuir a distância entre os atributos sociais e políticos possuídos pelos membros da elite em relação à população como um todo.

Esta comparação se dá no seguinte sentido: existe uma sensível diferença entre o *perfil* dos deputados eleitos para uma legislatura, em que o poder executivo – estadual e federal – se concentra nas mãos de uma coalizão de centro-direita, em comparação a uma legislatura, em que o poder executivo é governado por uma coalizão de centro-esquerda? Se estas diferenças no perfil legislativo existem, quais são elas?

A hipótese inicial é a de que, ao serem eleitos presidentes e governadores de centro-esquerda, o perfil dos deputados seria diferente dos que foram eleitos durante os governos de centro-direita.

O perfil legislativo aqui traçado se baseia em dados coletados e organizados em um banco de dados com 45 itens englobando origem familiar, origem social, carreira política, dados sobre formação educacional e profissional, e atuação dentro da Câmara dos Deputados (CD) dos eleitos entre 1999 e 2006. Para as análises feitas neste trabalho, os dados são considerados sempre em três blocos principais: a origem social, a trajetória social e a trajetória política. Esses três blocos tentam mapear as instituições pelas quais os deputados passaram, buscando entender o padrão de socialização em cada período.

Buscamos ter acesso aos dados sobre: a) origem social: nome e profissão dos pais, cidade e estado de nascimento do político; b) trajetória social: profissão e escolaridade dos deputados, participação em entidades civis; c) trajetória política: participação em cargos de direção partidária, migração partidária, cargos públicos ocupados, idade com que foram eleitos para a CD, número de mandatos exercidos na CD e cargos ocupados dentro da Câmara (como participação em comissões e na mesa diretora).

Alguns dados forneceram resultados interessantes para análise e comparação. Outros, entretanto, deram pouco retorno pelas escassas informações disponíveis. Não tivemos acesso a informações que acreditamos serem relevantes (a cor e a religião dos deputados) e que para este estudo não foram analisadas por limitações das fontes consultadas. Na maioria das biografias não encontramos estes dados o que nos impossibilitou de analisar estes aspectos.

A pesquisa que deu origem a esse trabalho foi desenvolvida como parte de outra mais ampla: *“Quem governa? Mapeando as elites políticas e econômicas do Paraná contemporâneo”*, do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP), da Universidade Federal do Paraná. Apesar de esta pesquisa abranger tanto os deputados estaduais, como secretários de estado, presidentes de partidos e presidentes de entidades empresariais, neste trabalho específico são enfocados apenas os deputados federais paranaenses: banco de dados feito, em grande medida, separadamente dos bancos relativos às outras elites.

Este *paper* está dividido da seguinte maneira: a discussão da teoria que deu origem a esse estudo, enfocando as questões sobre elites, recrutamento e espectro ideológico. A seguir, uma breve contextualização histórica do período aqui analisados. Apresentam-se, então, os dados e a análise relativos às legislaturas de 1999, em comparação à legislatura de 2003. Estas comparações estão divididas entre origem social, trajetória social e trajetória política. Por fim, as últimas considerações deste trabalho.

ELITES POLÍTICAS

Algumas das questões que guiam a maioria dos estudos sobre elites políticas, decisões políticas e grupos considerados importantes para tais são: quem exerce poder? Quem decide? Quem governa? Estas questões são, em grande parte, condutoras de diversos estudos clássicos e recentes. Existem, segundo Putnam (1976), três métodos que são normalmente utilizados em estudos que buscam responder às perguntas acima: a) o método de “reputação”, ou seja, quem exerce poder por sua reputação nos grupos sociais politicamente importantes, não necessariamente por seu cargo formal e que, de fato, alteram decisões políticas. Esse método normalmente é difícil de ser aplicado e, em muitos casos, necessita antes de uma análise posicional; b) o método de “decisão”, que traça estudos sobre quem propõe temas decisivos e quem os aprova ou os veta. Este método pode restringir as pesquisas aos temas específicos da agenda política, ou seja, aos temas que são mais claramente vistos nas análises do processo decisório; c) o método da “posição”, que é o que reconhece aquele que está nas posições oficiais de governo como sendo também quem exerce poder sobre as decisões políticas, em grande parte dos casos. Consideramos que a maioria daqueles que ocupam os cargos de deputados federais, se não todos, exercem, de fato, algum poder, quer seja pela proposição de projetos, quer seja pelas votações e comissões em que participam. Assim, não pretendemos esgotar a vastíssima discussão sobre o exercício do poder, apenas optamos por um recorte, muito utilizado na literatura sobre o tema e, metodologicamente, mais fácil de ser entendido e pesquisado.

O termo “elite” vem sendo utilizado de diversas formas e com diferentes fins e é aqui utilizado para identificar aqueles que ocupam posições formais de mando nas instituições políticas e que, por isso, têm a possibilidade de exercer poder e tomar decisões-chave no que diz respeito aos temas discutidos nessas instituições. Estas decisões são consideradas importantes porque afetam a vida de um grande número de pessoas (em relação às decisões tomadas pela média da sociedade). Essa definição geral provém do método posicional de Wright Mills (1981) e o termo será aplicado para os deputados federais do Paraná. Acreditamos que, em relação à elite política deste estado, estas pessoas

ocupam cargos de grande importância política, justamente pela importância e abrangência que têm as decisões que podem tomar nos cargos que ocupam.

Para Giddens (1974) os estudos de recrutamento são especialmente importantes porque podem analisar a ligação entre elites políticas e classes sociais. Giddens distingue três dimensões essenciais envolvidas nos estudos de elites. A primeira delas é a questão do recrutamento para as posições de elite, a segunda é a estrutura destes grupos e a terceira é a distribuição do poder efetivo, ou seja, entender se ocupar determinados cargos significa estar em posições de poder. Neste *paper* nos limitamos a estudar alguns fatores da primeira dimensão apresentada por este autor, relativos à questão do recrutamento. Nesse sentido, Giddens aponta para a necessidade de averiguar quão “aberto” ou quão “fechado” é este recrutamento da elite e, também, onde esse recrutamento ocorre, ou seja, quais são as “avenidas” de mobilidade que levam aos postos de elite. Assim, nenhuma elite é totalmente aberta, nem totalmente fechada. Todas são, de certa forma, abertas, já que precisam permitir que pessoas destacadas na sociedade ascendam aos cargos de elite, mas também não podem ser completamente abertas, já que necessitam manter o grau de coerência de socialização e um alto grau de integração na elite.

RECRUTAMENTO

Entendemos, para este estudo, recrutamento como o processo que permite que determinadas pessoas ascendam aos cargos de maior importância na nossa sociedade, no nosso caso, à CD. As eleições não são o único processo por que passam aqueles que são eleitos e que determinam, de certa forma, o futuro do país. Para Pipa Norris (1997) o recrutamento num sistema federalista (como o do Brasil) permite uma carreira mais flexível e a elite nesse sistema é mais permeável, não havendo um caminho fixo a seguir. Entretanto, inclusive nos casos de carreiras curtas e de pessoas que se elegem sem experiência política prévia, também existe algum filtro de recrutamento. Este processo é que define a composição do parlamento e, ao longo prazo, podem ser uma espécie de termômetro das mudanças sociais. Assim, um perfil comparado dos deputados federais do Paraná, em longo prazo, pode nos

ilustrar as mudanças políticas e sociais pelas quais este estado passou, dentro do contexto das mudanças nacionais.

Os filtros de recrutamento que Norris (1997) destaca são praticamente os mesmos que aparecem na maioria dos estudos sobre este tema e englobam desde as qualificações formais, como escolaridade e profissão, até a experiência política dos candidatos, a habilidade de oratória, os recursos financeiros disponíveis e as relações políticas que cada candidato possui. Os estudos têm apontado, na maioria das vezes, para a predominância dos “colarinhos-brancos” (profissionais liberais, empresários, etc.) e para a pouca participação de trabalhadores e de mulheres nessas elites. Entre os diversos candidatos que se apresentam ao cargo, quais e com qual perfil conseguem passar pelos “filtros” impostos pelos partidos, pelas instituições e até mesmo pelo eleitorado? Esse processo pode englobar desde a origem familiar, a carreira, a escolaridade, o partido, enfim, todo o caminho percorrido pelo político até que ele vença as eleições para o cargo de deputado federal. É importante lembrar que os deputados, em nosso estudo, já foram eleitos, ou seja, já passaram por todos estes filtros de recrutamento.

Putnam (1976) aponta que essa elite é homogênea, unida e consciente de si mesma, buscando se perpetuar em apenas um exclusivo segmento social. Essas pessoas que passam pelos filtros de recrutamento e chegam às posições de elite política são pessoas, para Putnam, com abundância no acesso aos recursos políticos, sociais e econômicos. Esse predomínio de certa parte da sociedade dentro da elite política, segundo Norris (1997), pode causar não apenas uma baixa legitimidade desta elite, como também alterar a agenda de decisões e o próprio estilo de se fazer política. Neste sentido, o estudo de Putnam aponta para a importância de *quem* toma as decisões políticas relevantes e em quais instituições elas são tomadas, além, é claro, da importância de quais decisões são tomadas, ou seja, da agenda política. Assim, coloca-se claramente a importância de estudar os agentes políticos, no nosso caso, uma parte da elite política paranaense, que são os deputados federais.

Vários estudos sobre recrutamento de elites apontam serem necessários certos “atributos naturais” e “atributos conquistados” (Keller, 1967) para se chegar às posições de poder: a origem familiar, a classe social, a cor e a

religião, a educação formal, profissão, renda e passagem por instituições sociais ou políticas. Esses atributos são essenciais para fazer parte da elite e podem ser vistos de forma mais ou menos homogênea na grande maioria de seus membros. Outros autores apontam as instituições em que a grande maioria dos membros da elite se socializa (escolas, universidades, movimentos, clubes, partidos) como “avenidas” (Giddens, 1974) que levam até as posições da elite – certos cursos de graduação, profissões, clubes sociais, partidos e cargos públicos que são, se não suficientes, ao menos necessários para a ascensão aos cargos mais altos da elite política (Keller, 1967). Baseados nestes “atributos” e nestas “avenidas” que aparecem de forma recorrente em diversos trabalhos sobre o tema, buscaremos perceber quais são estes “atributos” necessários aos deputados federais do Paraná, bem como por quais “avenidas” eles passam antes de chegarem à CD.

Nesse sentido, temos no Brasil duas obras clássicas sobre quais são essas “avenidas” e quais “atributos” são necessários para a elite política no Brasil. A primeira delas é de José Murilo de Carvalho (2003) que aponta o curso de direito, a profissão de advogado e magistrado, além de alguns outros atributos específicos como essenciais para aqueles que foram parte da elite política brasileira na época do Império. O segundo trabalho é de Joseph Love (1982), que faz um estudo semelhante para a elite política de São Paulo, desde 1889 até 1937, apontando as profissões de advogado e médico como bases da socialização da elite paulista, com um alto grau de localismo.

Podemos refletir, com base nestes estudos, sobre o perfil da elite política brasileira, se ainda é formado de advogados e médicos ou se houve alguma mudança neste perfil. Temos alguns estudos recentes que tratam do perfil das elites políticas paranaenses, de forma mais específica, principalmente em relação aos deputados estaduais, secretários de estado e presidentes de partidos. Tais estudos se focam principalmente nas elites políticas e econômicas da última década e buscam também traçar perfis, de forma geral ou comparada, das elites do estado¹.

¹ Cf. PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio Soares (Org.), 2007. Cf. também monografias GOUVÊA, Julio. 2005, COSTA, Luiz Domingos, 2005 etc.

ESPECTRO IDEOLÓGICO

Estudos recentes, que se baseiam especificamente no perfil dos deputados federais, buscam entender a diferença entre os perfis de socialização dos deputados eleitos por partidos de direita em comparação com aqueles eleitos por partidos de esquerda. Às vezes as diferenças no espectro ideológico entre os partidos e os políticos não são muito claras. As definições para partidos e políticos de direita e de esquerda variam conforme a época, o local, as forças políticas em evidência, entre outros aspectos. Para este trabalho considera-se que existem diferenças entre os partidos brasileiros de centro-direita – no caso, PFL (Partido da Frente Liberal) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) – e de centro-esquerda, como o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Utilizamos estas divisões entre partidos de centro-esquerda e de centro-direita em nossa pesquisa, já que estudos como os de Singer (2000), Sousa Braga (2006) e Rodrigues (2002) utilizam esta divisão, colocando PMDB e PSDB como partidos de centro, PFL como de direita e PT como de esquerda. Porém, como demonstra o estudo de Sousa Braga para o PMDB, este partido, segundo a autora, se apresenta de formas diversas conforme o estado que se analisa. Levamos em consideração, para pensar o caso do PMDB no Paraná, um estudo de Perissinotto e Braunert (2006) que demonstra que os valores políticos que os membros do PMDB professam no Paraná podem ser considerados, conforme a literatura sobre o tema, como de centro-esquerda.

O conceito utilizado para diferenciar os partidos de direita e de esquerda é, basicamente, aquele apontado por Bobbio (1995) e que normalmente é utilizado na literatura, ou seja, as diferenças para os partidos em relação ao tema da igualdade. Os partidos de esquerda seriam mais preocupados com as questões de igualdade social, enquanto os partidos de direita considerariam as desigualdades como fatos naturalizados. Singer (2000) argumenta que no Brasil, um país com desigualdades muito gritantes, todos os partidos em seus discursos seriam favoráveis a uma maior igualdade sendo, portanto, a maior diferença a questão de *como* a modificação social é possível. Para os partidos de esquerda as mudanças devem ser feitas pela mobilização social, enquanto

os da direita acreditam numa mudança institucional, operada pelos grupos que ocupam as posições principais nas instituições.

Nesse estudo utilizamos os termos "centro-direita" e "centro-esquerda" para facilitar a inclusão do PSDB e do PMDB, que são vistos como partidos de "centro" pela literatura nacional (Singer, 2000; Sousa Braga, 2006; Rodrigues, 2002 etc.), mas que, entretanto, no contexto específico do Paraná, podem ser tomados como centro-direita e centro-esquerda, respectivamente, principalmente ao levarmos em consideração as coligações partidárias e eleitorais efetuadas por estes partidos no período analisado.

Leôncio Martins Rodrigues (2002) aponta em seus estudos que o perfil da bancada legislativa se altera conforme o espectro ideológico dos partidos, ou seja, ele divide os partidos em esquerda, centro e direita, e analisa que a trajetória política e a socialização dos deputados de cada um dos espectros ideológicos possuem nítidas diferenças e peculiaridades. Entre as diferenças mais marcantes estão, sem dúvida, a escolaridade, a origem social e a profissão. Rodrigues aponta para um perfil mais escolarizado, que vem dos cursos de direito, que atuam como advogados, empresários e profissionais liberais nos partidos de direita. Já para os partidos de esquerda aparece um perfil com menor escolaridade, diferentes cursos superiores, além de uma trajetória política mais ligada não só ao partido, mas também aos movimentos sociais e sindicais, além de trabalhadores manuais.

Em outro trabalho (Rodrigues, 2006), este autor faz uma comparação do perfil sócio-profissional dos deputados federais do período de 1999 a 2003 (a segunda legislatura sob o governo Fernando Henrique) e entre 2003 e 2006 (a primeira legislatura sob o governo Lula da Silva). Neste estudo, Rodrigues aponta para uma mudança significativa no perfil sócio-profissional ao serem comparados os deputados federais nestas duas legislaturas. Assim, em parte, nosso trabalho tenta verificar esta hipótese de Rodrigues para o caso específico do Paraná, tentando compreender se, no caso dos deputados eleitos pelo Paraná no ano de 2002², é possível encontrar as mesmas diferenças que

² As eleições para a CD e para governo dos estados e presidência da república ocorrem juntas, a cada 4 anos em anos pares. Os eleitos assumem no ano seguinte, assim, quando falamos em

Rodrigues encontrou no perfil destes deputados, considerando a CD como um todo, na comparação com os deputados eleitos em 1998, levando em consideração a situação específica do estado do Paraná e de sua elite política federal.

CONTEXTO HISTÓRICO

A partir das eleições para a Assembléia Constituinte em 1987, segue-se no país um contínuo de eleições diretas e democráticas para os poderes legislativos e executivos. Depois de um período conturbado política e economicamente, com grave crise econômica, o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo (1º presidente eleito diretamente no período) em 1991, o vice de Collor, Itamar Franco, assume a presidência, conquistando certa estabilidade política e, com um novo plano econômico, alcança também estabilidade econômica até as próximas eleições.

No ano de 1994, é eleito para a Presidência, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e, no Paraná, é eleito Jaime Lerner (PFL) para governar o estado. Ambos se reelegem em 1998. Esses 8 anos são de um governo de coalizão de partidos de centro-direita (PFL, PSDB, entre outros), com a consolidação da estabilidade econômica e política. No ano de 2002, o Brasil passou por um novo processo eleitoral que levou ao governo federal, pela primeira vez no período pós-regime militar, um partido ideologicamente de esquerda. No Paraná também houve uma mudança significativa, já que foi eleito um governador que é reconhecido como parte da esquerda do estado, após dois mandatos consecutivos da direita tradicional. Ocorre então uma mudança no espectro ideológico nos poderes executivos, tanto em nível nacional, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência, quanto em nível estadual, com a eleição de Roberto Requião (PMDB) para o governo do estado. Para Kinzo (2004), a eleição de governantes ideologicamente de esquerda sem uma ruptura do sistema democrático é a expressão de uma consolidação e fortalecimento das instituições políticas democráticas.

eleições de 1998 e 2002, estamos nos referindo às eleições destes anos, lembrando que as respectivas legislaturas iniciaram em 1 de janeiro dos anos seguintes.

É importante também lembrarmos o contexto das eleições de 1998 e 2002 no qual, embora o plano nacional o PMDB tenha apoiado a candidatura de Fernando Henrique (PSDB) para a presidência em 1998, no Paraná, o PMDB saiu com candidato próprio, Roberto Requião, concorrendo com os candidatos ao governo do estado apoiados pelo PSDB (Jaime Lerner, em 1998, e Carlos Alberto Richa, em 2002³).

Assim, temos no Paraná uma mudança significativa na eleição de 2002. Não só o panorama nacional se modificou da direita para a esquerda, com a eleição de Lula da Silva (PT), mas também no Paraná essa mudança se deu, com a eleição de Roberto Requião (PMDB). Dessa forma, a díade direita/esquerda não só ainda é útil metodologicamente, como argumenta Bobbio (1995), mas também é claramente visível em nossas eleições majoritárias.

PERFIL COMPARADO DAS LEGISLATURAS DE 1999 E DE 2003

Buscamos compreender se a mudança no cenário político, nacional e estadual, quanto ao espectro ideológico do poder executivo, foi acompanhada por mudanças no perfil social e político dos deputados federais eleitos pelo Paraná nestas duas legislaturas. Comparamos aqui os dados de 32 deputados federais paranaenses da última legislatura sob um poder executivo de centro-direita em 1999, com Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na presidência da República e Jaime Lerner (PFL) como governador e, de 33 deputados da primeira legislatura sob um governo de centro-esquerda em 2003, com Luís Inácio Lula da Silva (PT) presidente e Roberto Requião (PMDB) governador⁴.

Essa questão se dá ao refletirmos sobre o debate acerca da validade ou não dos conceitos de direita e de esquerda para a compreensão de nossa realidade política. No pleito de 2003 o espectro ideológico no poder executivo federal e estadual (no Paraná) foi modificado e fazemos esta reflexão em

³ Cf. Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral através do site <http://www.tre-pr.gov.br>, acesso em 2/06/2009 às 15h55min.

⁴ Para as análises feitas no banco de dados em programa para análise estatística, usamos os 21 deputados que se reelegeram de uma legislatura para outra de forma duplicada, contando cada um deles como se fosse um deputado diferente na segunda legislatura, nosso banco tem, portanto, 65 entradas nessa etapa da comparação.

referência às pesquisas que avaliam, para a CD como um todo, uma nítida diferenciação entre os parlamentares da direita em relação aos da esquerda.

Traçamos comparações entre as duas legislaturas e buscamos perceber as diferenças na origem social, na trajetória social e política dos deputados eleitos nesses dois períodos. Consideramos aqui também, bem como na parte anterior, os suplentes que figuraram em nossas fontes de dados por terem assumido um mandato por mais de 120 dias⁵.

Iniciando nossa comparação pelo tamanho das bancadas, percebemos que a bancada de centro-direita foi reduzida a metade em 2003, passando de 10 para 5 deputados de uma legislatura para outra. No sentido inverso, a bancada de centro-esquerda aumentou de tamanho, indo de 10 para 16 deputados, ou seja, em 2003 a bancada de centro-esquerda (PT e PMDB) era o triplo da bancada de centro-direita (PSDB e PFL). É importante salientar que dos 32 deputados eleitos em 1998, 9 estavam em sua primeira legislatura, já dos 33 deputados eleitos em 2002, 10 eram novatos.

ORIGEM SOCIAL

Uma modificação clara no perfil geral das legislaturas analisadas é o fato de que na eleição de 2002 foram eleitas 2 deputadas mulheres, uma como titular e outra que assumiu como suplente, ambas pelo PT, fato inédito até então para o estado do Paraná, que nunca havia eleito uma mulher para a CD antes. Isto demonstra não só uma linha política conservadora no recrutamento da elite política paranaense, mas também a grande disparidade entre o perfil da elite política e da população em geral, uma vez que em janeiro de 2008, segundo o Tribunal Superior Eleitoral⁶, 51,27% dos eleitores paranaenses eram do sexo feminino. Esta disparidade na participação política feminina nas instâncias de decisão e em cargos eletivos é fato recorrente não só no Paraná, mas no Brasil como um todo⁷. É importante frisar que ambas as deputadas eleitas eram do PT e possuíam experiência política adquirida em militância desde a fundação do

⁵ Critério dos Perfis Biográficos da CD.

⁶ Dados obtidos no Tribunal Superior Eleitoral através do site <http://www.tse.gov.br>, acesso em 2/06/2009 às 15h50min

⁷ Cf. TABAK, Fanny. 2002.

partido, uma delas em movimento estudantil e de saúde, a outra em movimentos de trabalhadores rurais.

Quanto aos que se elegem já com tradição política na família, percebemos uma queda, de 12,5% em 1999 para 9,1% em 2003, o que, em números totais, significa que eram 4 deputados com família política em 1999 e 3 em 2003. Da mesma forma, o grau de localismo dos políticos eleitos, ou seja, a eleição de políticos que nasceram no próprio Paraná, se manteve praticamente estável, de 19 casos (59,4%) em 1999 para 21 casos (63,6%) em 2003. Aqueles que nasceram em Curitiba representaram 18,8% em 1999 e 12,1% em 2003, o que demonstra uma tendência à interiorização dos candidatos eleitos, ou seja, apesar de o Paraná continuar elegendo políticos que nasceram no próprio estado, em 2003 foram eleitos mais deputados nascidos no interior do estado e não na capital, apesar de esta ainda eleger uma grande parte dos deputados, pelo próprio fato de sua concentração populacional.

TRAJETÓRIA SOCIAL

Um aspecto muito importante para analisarmos a “popularização” da classe política está no nível de escolaridade dos políticos, principalmente no Brasil, país em que apenas uma parcela restrita da população tem acesso ao ensino superior (em 2001, apenas 8% da população adulta possuía algum curso de graduação)⁸. Nesse sentido, o fato de, em ambas as legislaturas, cerca de 60% dos deputados possuírem nível superior de escolaridade é significativo da disparidade existente entre o perfil social da população brasileira e o perfil social dos representantes políticos dessa população. Notamos uma diferença entre as duas legislaturas em questão, entretanto, a diferença se mostra oposta ao esperado, já que na legislatura eleita em 1999 tínhamos 59,4% dos deputados com nível superior de escolaridade, incluindo especialistas, mestres e doutores. Já na legislatura eleita em 2003, essa porcentagem sobe levemente para 63,7%. Ao mesmo tempo, o número de deputados com ensino médio (incluindo técnico e profissionalizante) decaiu de 31,3% em 1999 para 24,2% em 2003. A quantidade de deputados com ensino fundamental se mantém a mesma nos

⁸ Dados da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2001). Disponível em <http://www.oecd.org/statisticsdata.htm>, acesso em 2/06/2009 às 15h58min.

dois períodos, sendo 2 deputados em cada legislatura. Assim, percebemos que ao invés de uma diminuição no nível de escolaridade dos deputados eleitos, temos praticamente a mesma porcentagem de deputados com curso superior nas duas legislaturas. Além disso, é notório o fato de que é uma exceção que um deputado se eleja tendo cursado apenas o ensino fundamental, ao menos para estas duas legislaturas analisadas.

QUADRO 1 - ESCOLARIDADE POR LEGISLATURA

Escolaridade	Legislatura	
	1999	2003
Sem informação	1 3,1%	2 6,1%
Doutorado	3 9,4%	2 6,1%
Mestrado	1 3,1%	2 6,1%
Especialista	2 6,3%	3 9,1%
Superior	13 40,6%	14 42,4%
Médio	5 15,6%	4 12,1%
Profissionalizante	2 6,3%	1 3,0%
Técnico	3 9,4%	3 9,1%
Fundamental	2 6,3%	2 6,1%
Total	32	33
	100,0%	100,0%

Fonte: banco de dados dos autores

Ao contrário da tendência encontrada na CD, na eleição de 2003 no Paraná, o número de deputados eleitos que se formaram em direito permaneceu o mesmo, ou seja, 7 casos em cada legislatura, isto é, cerca de 20%. Outro curso muito comum entre os deputados é o curso de medicina, entretanto, em nosso universo a presença de médicos é baixa e diminuiu pela metade sendo 6,3% em 1999 (2 casos) e passando para 3% em 2003 (apenas 1 caso). É

importante lembrar que, historicamente, os cursos de direito e medicina são os cursos tradicionais daqueles que fazem parte da elite política no Brasil.

Ainda no que diz respeito aos cursos superiores, aumentou a porcentagem daqueles formados em economia de 3,1% para 6,1% e, em engenharia civil, de 6,3% para 12,1%. Essa diferenciação dos cursos superiores cursados pelos deputados é muito significativa, já que mostra claramente a importância das novas áreas de conhecimento na sociedade. Além disso, há certa estagnação das áreas clássicas, como direito e medicina, o que demonstra que a elite política paranaense vem se tornando mais representativa da complexidade social.

Na legislatura de 1999 as profissões predominantes no perfil da elite foram as de advogados e empresários, seguidas das de professor, agropecuaristas, contadores e médicos. Já na legislatura eleita em 2003, sobe o número de advogados, mantêm-se a predominância de empresários, seguidos dos agropecuaristas, comerciantes, agricultores, contadores e engenheiros agrônomos. Da mesma forma, não há nenhuma queda significativa na quantidade de empresários ou agropecuaristas eleitos em 2003 em relação a 1999, bem como a quantidade de professores, agricultores e profissionais assalariados se mantêm estável nos 2 períodos.

QUADRO 2 - PRIMEIRA PROFISSÃO POR LEGISLATURA

Primeira profissão	Legislatura	
	1999	2003
Advogado	5	6
	15,6%	18,2%
Agricultor	1	2
	3,1%	6,1%
Agropecuaria	2	3
	6,3%	9,1%
Economista	0	1
	,0%	3,0%
Empresário	5	5
	15,6%	15,2%
Engenheiro civil	1	1
	3,1%	3,0%
Fazendeiro	1	0

	3,1%	,0%
Médico	2	1
	6,3%	3,0%
Professor	3	1
	9,4%	3,0%
Outros	12	13
	37,5%	39,4%
Total	32	33
	100,0%	100,0%

Fonte: *Idem*

Ao analisarmos as profissões predominantes em cada espectro ideológico em ambas as legislaturas, obtemos a seguinte divisão:

PT e PMDB (centro-esquerda): Apresentam advogados, agricultores, profissionais liberais, empresários, médicos, professores e religiosos. É importante salientar que os empresários e profissionais liberais em questão eram do PMDB. Não há agropecuaristas ou fazendeiros, nem engenheiros civis.

PFL e PSDB (centro-direita): Apresentam advogados, agropecuaristas, fazendeiros, empresários, engenheiros civis, médicos, professores e religiosos, além de um agricultor. É importante frisar que o agricultor em questão foi eleito pelo PFL, partido mais a direita entre os analisados.

A literatura sobre o tema aponta para uma predominância de professores em partidos de centro-esquerda, fato que não é recorrente para este grupo da elite paranaense, inclusive, aparecendo professores também nos partidos de centro-direita. Entretanto, é importante ressaltar que nos partidos de centro-esquerda não aparecem agropecuaristas ou fazendeiros e os empresários pertencem ao PMDB, partido mais ao centro do que o PT.

TRAJETÓRIA POLÍTICA

Quanto aos cargos em entidades civis, tanto na legislatura eleita em 1999, quanto na eleita em 2003, prevalecem aqueles que ocuparam cargos em sindicatos de trabalhadores, com um significativo aumento desse grupo. Entretanto, na legislatura de 2003, há também um aumento na quantidade de deputados que passaram por cargos em sindicatos patronais, de 12,5% para 15,2%. Além disso, na segunda legislatura não há nenhum caso de deputado

que tenha ocupado cargo em movimentos sociais populares. Em ambas as legislaturas, a média de tempo nos cargos dessas instituições é de 1 a 5 anos.

QUADRO 3 - 1º CARGO EM ENTIDADE CIVIL POR LEGISLATURA

1º cargo em entidades civis	Legislatura	
	1999	2003
Associações comerciais	3 9,4%	3 9,1%
Associações de caridade	1 3,1%	0 ,0%
Associações políticas	3 9,4%	3 9,1%
Entidades religiosas	1 3,1%	1 3,0%
Movimentos sociais populares	1 3,1%	0 ,0%
Sindicatos de trabalhadores	6 18,8%	8 24,2%
Sindicatos patronais	4 12,5%	5 15,2%
Sociedades ruralistas	3 9,4%	3 9,1%
Não exerceu cargos em entidades civis	10 31,3%	10 30,3%
Total	32	33
	100,0%	100,0%

Fonte: *Idem*

Ao analisarmos os cargos ocupados em direção partidária, percebemos que não houve diferença entre a primeira e a segunda legislaturas analisadas. Em ambas, 12 deputados foram parte das direções partidárias, cerca de 37% em cada legislatura. Entre os deputados eleitos em ambas as legislaturas, a maioria ocupou seus primeiros cargos de direção partidária em esferas municipal e estadual, permanecendo nestes cargos, em média, de 1 a 4 anos.

Nas duas legislaturas aqui analisadas, é possível perceber que os deputados possuem, em sua grande maioria, experiência política prévia, sendo

que os deputados eleitos para a legislatura de 2003 apresentam uma porcentagem ainda maior de experiência prévia (81,8%), em relação aos eleitos em 1999 (71,9%), o que demonstra uma maior profissionalização desta elite política. Também é importante salientar que dos 32 deputados de 1999, 21 se reelegeram em 2003, ou seja, 63,6% dos deputados da legislatura de 2003 estavam na CD já desde, pelo menos, a legislatura anterior. Esse fato pode ser explicativo do aumento relativo na experiência política dos deputados da legislatura de 2003.

A porcentagem de eleitos pela primeira vez aumentou levemente em 2003, passando de 9 (28,1%) para 10 casos (30,3%), ou seja, mantêm-se a proporção de quase 1/3 dos deputados eleitos sendo novatos na CD. Em 1999, a maioria dos deputados havia exercido 1 cargo antes de ser eleito deputado federal. Em 2003, a maioria exerceu 2 cargos, o que confirma a maior experiência prévia deste grupo em relação à legislatura de 1999.

QUADRO 4 – QUANTIDADE DE CARGOS POR LEGISLATURA

Quantidade de cargos	Legislatura	
	1999	2003
Nenhum	9 28,1%	6 18,2%
Um	7 21,9%	9 27,3%
Dois	7 21,9%	6 18,2%
Três	3 9,4%	6 18,2%
Quatro	3 9,4%	3 9,1%
Cinco	3 9,4%	3 9,1%
Total	32	33
	100,0%	100,0%

Fonte: *Idem*

Os cargos ocupados pelos deputados antes de entrarem na CD variam entre o administrativo, legislativo, executivo e judiciário em níveis municipal, estadual e federal. Os primeiros cargos ocupados na carreira política da grande

maioria dos deputados eleitos em ambas as legislaturas foram no legislativo municipal (34,4% em 1999 e 42,4% em 2003), sendo que a maioria dos cargos ocupados foi exercida na própria capital do estado. A porcentagem daqueles que ocuparam mais de um cargo político antes de ser eleito deputado federal é de 50%, na legislatura eleita em 1999, e de 54,5%, na eleita em 2003.

Ao compararmos o último cargo ocupado antes da eleição para a CD, levamos em conta, inclusive, aqueles que exerceram apenas um cargo antes de terem se tornado deputados federais. Para isso, utilizamos o primeiro cargo também para análise de último cargo nos casos em que o político exerceu apenas um cargo antes de ser eleito para a CD. Este padrão possibilita analisar quais cargos são mais importantes na socialização política dos deputados federais do Paraná. Nesse sentido, percebemos que os cargos do poder executivo municipal foram predominantes, seguidos do legislativo municipal e do legislativo estadual em ambas as legislaturas analisadas. Nos dois casos, os cargos são predominantemente exercidos na capital, Curitiba.

QUADRO 5 - PRIMEIRO E ÚLTIMO CARGO POLÍTICO POR LEGISLATURA

	1999	2003
Primeiro Cargo	Legislativo municipal (34,4%) Executivo municipal (15,6%) Administrativo estadual (9,4%)	Legislativo municipal (42,4%) Executivo municipal e administrativo estadual (12,1%) Executivo estadual (9,1%)
Último Cargo	Executivo municipal (28,1%) Legislativo municipal (15,6%) Legislativo estadual (12,5%)	Legislativo e executivo municipal (24,2%) Legislativo estadual (12,1%) Administrativo e executivo estadual (6,1%)

Fonte: *Idem*

Quanto ao tempo de carreira prévia, também em ambas as legislaturas percebemos certa regularidade. A maioria esteve de 2 a 6 anos em cargos políticos antes de entrar na CD e em uma média geral, a grande maioria exerceu cargos políticos por até 10 anos antes de ser eleito deputado federal.

Quanto à mudança de partido, percebemos que os deputados eleitos em 2003 mudaram menos de partido antes de entrarem na CD do que os eleitos em

1999. Nesta primeira legislatura, 15,6% dos deputados nunca havia mudado de partido, enquanto na legislatura eleita em 2003 esse número sobe para 24,2%. Esse fato pode estar relacionado com o aumento significativo da bancada do PT, partido que, historicamente, apresenta grande fidelidade partidária. É importante frisar que aqueles que declararam seu primeiro partido na trajetória política como sendo o PT sobe de apenas 6,3%, em 1999, para 18,2%, em 2003. Mas também, ao compararmos aqueles que mudaram de partido mais de 4 vezes antes de entrarem na CD, percebemos que, entre os deputados eleitos em 1999, 18,8% havia mudado de partido mais do que 4 vezes, enquanto para os eleitos em 2003 esse número cai para 12,1%. Assim, vemos que os deputados da legislatura de 1999 mudaram mais vezes de partido do que os eleitos em 2003.

Quadro 6: Origem social, formação e trajetória política por Legislatura

	Item no banco	1999	2003
Origem	Quantidade de mulheres	nenhuma	2 mulheres
Social	Nascidos em Curitiba	18,8%	12,1%
	Família Política	12,5%	9,1%
Formação	Curso Superior	59,4%	63,7%
	Curso de Direito	20%	20%
	Curso de medicina	6,3%	3,0%
	Curso de economia	3,1%	6,1%
	Curso de engenharia civil	6,3%	12,1%
	Professores	9,4%	3,0%
	Advogados	15,6%	18,2%
	Agricultor	3,1%	6,1%
	Fazendeiros	3,1%	0%
	Empresários	15,6%	15,2%
	Trajetória	Cargos ent. Civis	40%
Política	Sindicato trabalhadores	18,8%	24,2%
	Associações ruralistas	9,4%	9,1%
	Sindicatos patronais	12,5%	15,2%
	Direção partidária	37%	37%
	Experiência política prévia	71,9%	81,8%
	Quantidade de cargos	1 cargo	2 cargos
	Novatos na CD	28,1%	30,3%
	1 partido no período	15,6%	24,2%
4 partidos no período	18,8%	12,1%	

Fonte: *idem*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Uma guinada à esquerda?”

Após estas comparações, voltamos à nossa hipótese inicial e nos perguntamos novamente se o perfil dos deputados federais do Paraná, eleitos durante os governos de centro-direita, como em 1999, é diferente do perfil daqueles que foram eleitos junto com o poder executivo de centro-esquerda, como em 2003.

Percebemos, pelas comparações feitas neste trabalho, que existem diferenças muito importantes e que algumas diferenças são mais significativas do que outras. Poderíamos dizer, ao tentar responder a questão do título deste trabalho que, a princípio, não houve uma grande guinada à esquerda. Ou seja, quando analisamos o impacto da mudança do espectro ideológico no perfil da elite política paranaense, percebemos que as alterações são menores do que supúnhamos em nossa hipótese inicial. Algumas das alterações percebidas são no sentido inverso ao esperado, ou seja, em alguns aspectos a elite política, ao invés de se popularizar em 2003, se tornou ainda mais elitizada. Alguns aspectos são importantes para pensarmos a influência da mudança no espectro ideológico no poder executivo sobre o perfil legislativo. O mais importante deles é, sem dúvida, o grande aumento da bancada dos partidos de centro-esquerda, que demonstra que as mudanças no poder executivo alteram também o recrutamento para o poder legislativo.

É significativo o fato de as duas mulheres eleitas em todo o período democrático entraram justamente na legislatura de 2003 e ambas pelo PT. Predomina ainda, no perfil dos deputados eleitos pelo Paraná em 2002, a cidade de Curitiba como local de nascimento destes deputados. No entanto, esta incidência é menor do que a encontrada na legislatura de 1999. Também aumenta o número de deputados nascidos no interior do estado. O percentual de deputados eleitos com tradição política na família também diminuiu em 2003 em relação à legislatura de 1999, apontando para o fato de que os deputados eleitos têm, cada vez menos, a necessidade de inserção através de vínculos familiares para se elegerem deputados federais pelo Paraná. Os deputados eleitos em 2002 trocaram menos de partido do que os eleitos em 1998, o que,

provavelmente, decorre do aumento da bancada de centro-esquerda, principalmente do PT, que, historicamente, apresenta uma taxa de fidelidade partidária muito alta.

O resultado de tais comparações aponta para uma mudança interessante no perfil da elite política, com uma abertura significativa em alguns aspectos, como gênero, ideologia, local de nascimento, tradição política na família e fidelidade partidária. Provavelmente, essas mudanças se dão em decorrência do panorama peculiar das eleições de 2002, com a mudança ideológica tanto no poder executivo federal quanto no estadual.

Entretanto, em pontos que são apontados como principais na divisão dos perfis de políticos de esquerda e de direita, tais como: nível de escolaridade, profissão, incidência de advogados e de formados em direito, experiência política e atuação em organizações sociais - as mudanças no sentido de uma “popularização” desta elite não ocorrem. O caso dos deputados federais eleitos pelo Paraná em 2002 parece ser um caso excepcional neste sentido. O perfil geral desta elite em 2003 apresenta um nível mais alto de escolaridade, ou seja, mais deputados desse período possuíam curso superior em comparação com a legislatura de 1999, o que demonstra que essa elite política ainda é muito pouco representativa da população como um todo. É uma exceção que um político sem curso superior se eleja como deputado federal pelo Paraná.

No mesmo sentido, ao contrário do que o esperado anteriormente, não houve, na legislatura de 2003, uma diminuição dos deputados formados em direito, mas sim uma estabilização dessa porcentagem. Houve, no entanto, um aumento de outros cursos superiores, como economia e engenharia civil, bem como a diminuição dos formados em medicina, o que sugere a ascensão de outras áreas de conhecimento que não as tradicionais áreas do direito e da medicina e a conseqüente representatividade maior das diversas profissões emergentes hoje em nossa sociedade.

O perfil das profissões não se altera muito de uma legislatura para outra. Na legislatura de 1999 as profissões de advogados e empresários seguem sendo as mais importantes na legislatura de 2003, aumentando inclusive a porcentagem de advogados (direito como profissão de fato, não apenas como curso de formação). Em 2003 percebemos uma leve mudança nas outras

profissões mais importantes. Em 1999 eram as de professor, agropecuaristas, contadores e médicos. Na legislatura eleita em 2003 aparecem os agropecuaristas, comerciantes, agricultores, contadores e engenheiros agrônomos. É muito importante notar que, apesar da profissão de professor ser considerada predominante em partidos de centro-esquerda, a porcentagem dos que declaram esta profissão se mantém estável em ambos os períodos.

A trajetória em movimentos sociais dos deputados de centro-esquerda, que se espera que seja significativo na legislatura de 2003 pelo predomínio desta bancada, também não se verifica. Em 2003, nenhum dos deputados havia ocupado algum cargo neste tipo de organização. No entanto, houve um aumento significativo de deputados que têm trajetória em sindicatos de trabalhadores, bem como um certo aumento de deputados que ocuparam cargos em sindicatos patronais.

Os deputados eleitos em 2003 também são mais experientes do que os eleitos em 1999, ou seja, ocuparam mais cargos políticos antes de se elegerem para a CD. Isto pode ser decorrência do número de deputados reeleitos no período. Em 2003, a maioria dos deputados exerceu 2 cargos políticos antes de ingressar na CD, enquanto os eleitos em 1999 exerceram, em sua maioria, apenas 1 cargo.

Temos, assim, um panorama que aponta algumas mudanças importantes no perfil deste grupo da elite política paranaense. Mas também temos dados que demonstram que, em certos aspectos, não houve a “popularização” esperada para o grupo em questão, principalmente em pontos fundamentais para este tipo de análise, como nas questões de escolaridade e profissão, dificultando a possibilidade de conclusões no sentido de uma “popularização” desta elite política em 2003. Assim, para o caso dos deputados federais paranaenses eleitos em 1999 e 2003, algumas das constatações de “popularização” dos deputados federais desta segunda legislatura na CD (Rodrigues, 2006) não se verificam, tornando o Paraná uma exceção conservadora no perfil de sua elite, apesar do grande aumento dos deputados de centro-esquerda eleitos nesse período. Talvez, essa dificuldade se dê também pelo reduzido espaço de tempo analisado, já que uma análise, considerando as duas legislaturas sob o governo de centro-direita (1995 a 2003)

e as duas sob o governo de centro-esquerda (2003 a 2010), pudesse apontar maiores diferenças entre estes perfis. Entretanto, procurou-se ser coerente com o objeto proposto para esta pesquisa, principalmente em comparação com o trabalho realizado para a CD como um todo.

Dizer que o perfil dos deputados de centro-esquerda não difere de forma radical do perfil de centro-direita, e que o perfil geral da legislatura sofreu poucas alterações com as mudanças de espectro ideológico do poder executivo e das próprias bancadas do legislativo, não significa, necessariamente, dizer que a atuação política é a mesma, nem que é equivalente eleger partidos de centro-esquerda ou de centro-direita. Buscamos entender apenas quais são os filtros de recrutamento para os grupos da elite política do Paraná, em especial para a eleição à CD. Nessas duas legislaturas em questão, a partir da análise de nossos dados, percebemos que não é possível falar de uma “popularização” da elite política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: UNESP, 1995.

CARVALHO, José M. de. **A construção da ordem e Teatro de sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Luiz Domingos. **Composição social e carreira política da elite parlamentar no Paraná (1995-2003).** Monografia de graduação apresentada ao curso de Ciências Sociais UFPR, 2005.

GIDDENS, Anthony. Preface e Elites in the British class structure. In: P. Stanworth and A. Giddens (eds.), **Elites and Power in British Society.** Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

GOUVÊA, Julio C. **Pango-Pango? Uma descrição da origem social, carreira e valores políticos da elite administrativa paranaense (1995-2003).** Monografia de graduação apresentada ao curso de Ciências Sociais UFPR, 2005.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1967.

_____. **Más allá de la clase dirigente.** Madri: Editorial Tecnos, 1971.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2004.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do campo político: raposas e 'outsiders' no Congresso Nacional. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 33, 1997.

_____. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1999].** Disponível em <http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/teses.php> (acesso em 10/06/2009, 21h12min), Tese de doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2000.

NORRIS, Pippa (ed.). **Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PERISSINOTO, Renato M. & BRAUNERT, Mariana B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995/2003). In **Revista Opinião Pública**, vol. 12, nº 1, 2006.

PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio Soares (Org.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná.** Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

PUTNAM, R. D. **The comparative study of political elites.** New Jersey: Prentice Hall, 1976.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados.** São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Mudanças na classe política brasileira.** São Paulo: Publifolha, 2006.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In BOSCHI, R; DINIZ, E & SANTOS, F. **Elites políticas e econômicas no Brasil.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

_____. (org.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SINGER, André. **Direita e esquerda no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SOUSA BRAGA, Maria do Socorro. **O processo partidário-eleitoral brasileiro, padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas - participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

WRIGHT MILLS, Charles. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WRIGHT MILLS, C. A elite do poder: militar, econômica e política. In: Fernandes, Heloisa R. (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1985.